

Ata Circunstanciada da 45ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 23 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H01MIN	TÉRMINO ÀS 16H15MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a sessão ordinária de quinta-feira, 23 de maio de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Fábio Félix a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 43ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 44ª Sessão Ordinária;
- Ata Sucinta da 18ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Estando presentes em plenário apenas o deputado Chico Vigilante e o deputado Fábio Félix, às 15 horas e 4 minutos, não havendo quórum regimental, esta presidência vai suspender os trabalhos desta sessão por até 30 minutos, para que se complete o quórum, pelo menos, para debates.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, vou aproveitar que o meu líder não está aqui e usarei a tribuna.

Eu vinha insistindo para abriremos os trabalhos hoje – estou com a deputada Dayse Amarilio, também do nosso bloco, e com os demais parlamentares –, porque hoje é uma quinta-feira, é dia de sessão plenária.

E hoje não é uma quinta-feira qualquer: é uma quinta-feira de profunda crise que estamos enfrentando na saúde do Distrito Federal, deputado Chico Vigilante. A população espera que hoje a Câmara Legislativa se reúna para debater também esse tema. Existe um caos instalado na saúde do Distrito Federal. Foram 4 crianças mortas no prazo de 1 mês, sem que tivéssemos nenhum resultado ou consequência apresentados até aqui.

Hoje, presidente, o governo convocou uma coletiva de imprensa, na qual não foi anunciada nenhuma medida – nenhuma medida – para mitigar a crise que estamos vivendo. O governo chegou a afirmar que não há crise ou caos na saúde do Distrito Federal.

Essa afirmação, deputada Paula Belmonte, é daqueles que não frequentam o sistema de saúde do Distrito Federal, que não conhecem a situação das UPAs, que não conhecem a situação dos hospitais. A crise é grave, a crise é generalizada!

O governador do Distrito Federal prometeu lá atrás, com o Iges-DF, facilidade nas compras; prometeu melhorar a situação do atendimento na saúde. E agora vem dizer: “sazonalidade”? Sazonalidade acontece todo ano. Dá para planejar, dá para mitigar, dá para prevenir – e não preveniram.

A saúde hoje é o principal problema. Eu desafio um deputado regional, da base do governo, da oposição, da extrema-direita, da esquerda, de onde for; um deputado que não receba, que não é marcado no Instagram, no Facebook, no TikTok, o tempo inteiro, em função da situação da fila nas Upas, nas emergências no Distrito Federal. Nós somos marcados o tempo inteiro, porque a população está sofrendo. A população está sofrendo porque a saúde não funciona.

Eu fui à UPA do Recanto, deputado Chico Vigilante. Havia 54 pessoas internadas em uma unidade de pronto atendimento capacitada para receber 18 pessoas para atendimento de estabilização, ou seja, após 24 horas, o paciente deveria ser transferido. Isso não está acontecendo. A situação é dramática!

Eu fiquei envergonhado com a coletiva, que não apresentou nenhuma medida, não apresentou nenhum encaminhamento concreto. É por isso que eu tenho falado que talvez seja necessária uma CPI focada no Iges-DF para avaliar a situação da saúde. A CPI acaba sendo o instrumento mais duro e mais gravoso que nós temos para enfrentar o problema da saúde na cidade. O que nós estamos vivendo hoje é muito grave. Nós não podemos deixar a situação caminhar dessa forma.

A secretária de Saúde – todo mundo sabe que ela é uma médica de carreira – precisa apresentar soluções, uma agenda concreta para esse problema. O presidente do Iges precisa apresentar... Aliás, nós comentávamos, deputada Dayse Amarilio, à mesa, que a quebra do comando da saúde estava na mesa: a secretária de Saúde e o presidente do Iges-DF anunciando o que já fizeram na saúde. Não! O SUS tem comando único: a Secretaria de Estado de Saúde. Hoje, o Iges-DF disputa espaço com a Secretaria de Saúde. Isso é inaceitável!

Presidente, o quanto antes, eu queria propor um requerimento assinado por todos os parlamentares para solicitar que, no início da semana que vem, tanto a secretária de Saúde quanto o presidente do Iges-DF viessem a esta casa para uma sessão pública – não uma reunião fechada, uma sessão pública – para o diálogo com os parlamentares. Acho que é isto que a população quer ouvir: quais são as medidas concretas que o governo vai apresentar para a questão da saúde?

O nosso papel é estarmos aqui, críticos e atentos a esse problema. O papel do governo é resolver, é anunciar medidas concretas, para que a vida da população possa melhorar.

A saúde está chegando no limite! A bandeira vermelha é nesta casa; não é nos hospitais para as pessoas que precisam entrar, não. A bandeira vermelha é para o governador, e a Câmara Legislativa tem que levantá-la agora, para que o governo apresente, para ontem, medidas para solucionar a vida da população quanto ao atendimento em saúde no Distrito Federal. Do jeito que está não dá mais!

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Realmente, acho muito importante que a secretária de Saúde e o diretor do Iges-DF venham a esta casa explicar o planejamento que eles têm para tirar a nossa saúde dessa situação. Realmente, a situação é muito grave e complexa.

A população espera respostas desta casa. Acato, inclusive, a proposta de vossa excelência. Vamos todos preparar e assinar esse requerimento, para que eles venham a esta casa explicar qual serão as medidas concretas para minimizar todo esse sofrimento pelo qual a nossa população vem passando.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, no começo do governo Ibaneis, no primeiro mandato, ele decretou emergência na saúde pública do Distrito Federal e renovou essa emergência por mais 4 anos. Foram 4 anos de emergência e a situação da saúde hoje é caótica.

Portanto, eu acho e sugiro que está na hora de decretar estado de calamidade pública na saúde do Distrito Federal. Se eu fosse governador, eu tiraria toda a cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e não aceitaria nenhuma indicação política para qualquer cargo daquela pasta. Eu limparia todas as indicações políticas que lá estão e atrapalham a gestão.

A doutora Lucilene é uma pessoa competente e comprometida com o SUS, mas ela não tem autonomia para fazer absolutamente nada, porque os cargos não foram nomeados por ela. Os cargos são de responsabilidade do governador, atendendo a pedidos, inclusive, de parlamentares desta casa.

Está na hora de fazer isto: decretar a calamidade, alterar completamente a gestão e colocar a saúde pública para funcionar. Estamos falando de 4 crianças que morreram, mas não só dessas 4. Verifiquem quantos pacientes estão em bancos nos corredores, como se estivessem internados; verifiquem a situação das ambulâncias do Corpo de Bombeiros, que levam os pacientes, mas as macas acabam ficando no hospital ou nas UPAs, a ambulância volta sem elas, e aí não há mais como atender ninguém; verifiquem o tanto de ambulâncias do Samu que estão quebradas e sem assistência; verifiquem os contratos milionários feitos pelo Iges-DF. O mesmo Iges-DF que eu disse aqui que não ia resolver o problema da saúde pública do Distrito Federal.

Numa decretação de calamidade – que é o que vive a saúde neste momento, e não adianta dizer que não há crise, porque a crise é profunda –, há uma série de mecanismos que têm que ser utilizados. Não é tolerável mais de 40 mil pessoas estarem numa fila para fazer uma cirurgia que não sai nunca.

Não adianta chamar uma coletiva, como a que foi concedida hoje, onde eles não têm o que dizer. Dizer que não há calamidade, que não há caos, que a saúde está boa? Isso é, no mínimo, estar fora do planeta Terra. Eu nem diria fora do Distrito Federal. É preciso que o governo tenha efetivamente coragem de agir.

Eu tinha conversado com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que me dizia há pouco – e posso falar publicamente, porque há pouco ele comunicou – que, na segunda-feira, às 14 horas, estarão nesta casa, em uma reunião com os deputados, a secretária de Saúde, o diretor dos

Iges-DF e o secretário da Casa Civil. Portanto, espero que eles venham segunda-feira, às 14 horas, para conversarem com os deputados e tragam, no mínimo, um pacote de propostas para tirar a saúde pública do Distrito Federal do caos em que está. É inaceitável a situação que vivemos nesse momento.

A minha esperança, a minha expectativa é que, na segunda-feira, eles tragam algo de concreto para nos comunicar nessa reunião que eu propus ao deputado Wellington Luiz. Ele acabou de acertar a reunião. Eu estava até querendo que fosse na sexta-feira, mas não vai ser possível. Pois bem, que fique para a segunda, mas que não seja só uma conversa, que venham propostas efetivas para tirar a população do Distrito Federal do sofrimento que está vivendo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, passo a palavra ao deputado Gabriel Magno, pela Minoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas que nos acompanham.

O único assunto possível é o caos que a saúde do Distrito Federal está vivendo e a absurda coletiva de imprensa dada pelo governo hoje. O GDF assumiu o negacionismo. Negar que a saúde não está em colapso ou em situação de caos é negar a realidade, é de quem não conhece a realidade da própria rede. Parece que o governador desta cidade, que transformou o Distrito Federal no caos que estamos vendo em todas as áreas, não pisa, há muitos anos, numa UPA, numa UBS, num hospital; não enxerga e não vê o esforço dos servidores públicos da saúde, porque não há profissional suficiente, porque falta gestão.

Eu lembro, presidente, que o governador Ibaneis, em 2018, durante a campanha eleitoral, disse que o problema da saúde do Distrito Federal era gestão. Talvez essa seja uma das poucas afirmações do governador com a qual eu concordo. De fato, é um problema de gestão, que ele aprofundou, porque ele disse, durante a campanha, que o Iges não servia para nada, servia só para ser um esquema de corrupção. É verdade. E ele ampliou o Iges.

É preciso, presidente, urgentemente, investigar o Iges, porque o Iges, a cada ano que passa, abocanha mais recursos do Distrito Federal. Nós fizemos um levantamento: em 2019, correspondia a 11% do fundo de saúde; ano passado, a 28% do fundo de saúde. Ou seja, o Iges aumentou o seu orçamento em quase 3 vezes. Eles prometeram que ia ser uma maravilha: não ia faltar profissional, não ia faltar insumo, não ia faltar leito, não ia faltar nada. Está faltando até ambulância para transportar os pacientes.

Hoje, na coletiva, o Governo do Distrito Federal não apresentou uma ação para a crise. Ele tentou justificar, mas não conseguiu, presidente, porque a sazonalidade não é uma justificativa para o GDF falar que foi pego de surpresa. Porque, no ano passado, houve no mesmo período; no ano retrasado, no mesmo período. Todos os especialistas têm apontado que, a cada ano, a sazonalidade da pediatria vai piorar. É preciso que a Secretaria de Saúde e o Governo do Distrito Federal apresentem um plano de ação, mas eles não apresentam.

Para piorar, no mesmo horário em que acontecia, no Palácio do Buriti, a coletiva desastrosa de imprensa, com a incapacidade do governo de reconhecer o grave problema, na Comissão de Fiscalização desta casa, o Iges tentava prestar contas. Eles confessaram o crime.

Repito: o Iges, hoje, é ilegal. O Iges, hoje, atua na ilegalidade. Eles fizeram uma confissão na comissão geral presidida pela deputada Paula Belmonte. Chegaram a dizer que o papel do Iges na Secretaria de Saúde é muito importante, tanto é que não se chama mais Secretaria de Estado de Saúde, mas só Secretaria de Saúde. Confessaram que o plano é privatizar a saúde pública do Distrito Federal. Só que isso viola a Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde. Também viola a Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, a Lei nº 8.080/1990, o comando duplo, que é o que

temos hoje, legitimado pelo Governo do Distrito Federal, que, no Buriti, colocou o presidente do Iges e a secretária de Saúde nas mesmas condições de importância. Não! A Lei nº 8.080/1990 é muito nítida ao dizer que a autoridade sanitária do estado é a Secretaria de Saúde. Só que hoje, no Distrito Federal, a autoridade sanitária chancelada pelo Governo do Distrito Federal é o Iges!

O Iges precisa prestar contas para esta casa e para a sociedade, porque tem gastado muito dinheiro sem nenhuma transparência, com uma série de denúncias de corrupção e presta um péssimo serviço à sociedade. Ele precisa ser cobrado e precisa prestar contas. O Iges não pode conduzir a política de saúde do Distrito Federal.

Presidente, para concluir, repito o que já falei em outras oportunidades.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O art. 227 da Constituição da República de 1988 diz expressamente que crianças, adolescentes e jovens são prioridade absoluta do Estado na sua atenção e no seu direito à saúde, à vida, à educação e à alimentação.

Então, para cumprir esse preceito constitucional, o Governo do Distrito Federal deveria apresentar, urgentemente, para a população do Distrito Federal, um plano de ação para proteger a vida das nossas crianças que, infelizmente, estão morrendo nas portas dos hospitais. Esta cidade não deveria ter nenhuma obra de viaduto enquanto as crianças estiverem morrendo, enquanto as crianças estiverem em filas da creche, enquanto o Governo do Distrito Federal não garantir a plena atenção às nossas crianças e aos nossos adolescentes. O que o Governo do Distrito Federal quer fazer é zombar da nossa cara.

E mais: o governo insiste na posição de não vir a público e responder à população.

Presidente, encerro reforçando, mais uma vez, o que já foi dito pelos meus pares: o Governo do Distrito Federal precisa prestar contas à sociedade. O Iges precisa justificar o uso dos recursos públicos que, infelizmente, não estão sendo entregues para a assistência da população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos.

Não há como não falar da situação da saúde. Nós, da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, recebemos hoje a CAC, a Comissão de Acompanhamento dos Contratos.

Como ocorreram vários pedidos e, pela primeira vez, houve algumas prestações de contas na comissão desta casa, nós imaginamos que viria alguma resposta da comissão em relação a esse novo contrato de gestão que, inclusive, foi assinado no dia 10 de abril entre o Iges e a Secretaria de Saúde.

Não existe novo contrato. A verdade é essa. O que nos deixou bastante indignados. O que existe, presidente, são termos aditivos. Esse é o 51º; são 51 aditivos no contrato do Iges. Pasmem! São aditivos que, inclusive, contrariam cláusulas do contrato inicial. Isso é ilegal. Não se pode ter aditivo contrariando o próprio contrato, trazendo pontos que não se colocam, inclusive, em termos aditivos. Essa é a primeira situação que me deixou bastante preocupada.

Outra situação que percebemos é que nesse novo termo aditivo não existem as penalidades para os contratos, como por exemplo, deputado Chico Vigilante, a situação da UTI Vida. Foi retirada do último contrato da UTI a penalidade de que, se ela não o cumprisse, teria de pagar, por exemplo, uma multa ou ser responsabilizada. Não há penalidade do Iges em relação às próprias pessoas que

contrata.

Outra situação que nós queríamos entender – e a CAC disse que trabalhou muito, mas não consegue fazer isso – é como foram encontrados aqueles números para que as metas fossem acompanhadas. São metas muito gerais, como: “metas de gestão”. O que é essa meta de gestão? Mais uma vez continuamos sem saber como se chegou àquela pactuação das metas.

Nós não temos, em nenhum momento, desde que o Iges foi criado, nenhuma glosa para as metas não cumpridas. Nunca houve nenhuma glosa para as metas que não foram cumpridas. Também não sabemos como se construíram essas metas.

Outra coisa que me preocupa muito é que a cartela de serviço entre a SES e o Iges não é descrita pelo contratante. Deveria o contratante, no caso a secretaria, contratar a cartela de serviços do Iges, mas não é assim. É a contratada que oferece a cartela de serviço.

O deputado Gabriel Magno apontou aqui que nós não conseguimos entender qual é a hierarquia nessa relação SES e Iges, porque é a SES que contrata o Iges, mas como é que é o Iges que traz essa cartela de serviços?

Outro ponto que eu queria colocar aqui é em relação às contas e ao plano que nunca foi aprovado. É um plano que o Iges apresenta para a secretaria que nunca foi aprovado, assim como as contas do Iges – que, também, desde 2018, nunca foram aprovadas.

Nós recebemos uma denúncia – e hoje foi falado sobre isso inclusive pela própria comissão –, deputado Fábio Félix, de que os pacientes da UPA, que só deveriam ficar internados por 24 horas, são readmitidos a cada noite. Quando vira a noite, eles são readmitidos. Isso aumenta a produtividade das UPAs, que têm batido a meta com essas readmissões. Isso é muito grave! Fora os pacientes que são classificados com pulseiras verdes e azuis, mas não são encaminhados, por exemplo, à sua unidade básica. Não existe, isso é de boca: “Procurem lá para ver se estão atendendo”. E os pacientes ficam ali, e isso conta como atendimento.

Então, precisamos ver se isso está acontecendo e em quais UPAs isso está acontecendo, porque isso é uma produtividade que não é real.

Eu gostaria de deixar bem claro que os trabalhadores das UPAs, do Hospital de Base, do Hospital de Santa Maria não são culpados. Pelo contrário, são trabalhadores; profissionais de saúde; técnicos; enfermeiros; assistentes sociais; são várias categorias que estão trabalhando sobrecarregadas. Eu quero deixar claro que, muitas vezes, essas categorias são penalizadas por essa má gestão e por um plano que parece que não existe em relação à crise sanitária que vivenciamos. São pessoas que estão inclusive trabalhando com pacientes no corredor, como estamos vendo nas UPAs, mas, no dimensionamento da própria contratação da UPA, não era para haver aqueles pacientes ali.

Então, eu não consigo entender como o governo consegue falar que não existe uma crise na saúde do Distrito Federal, quando as pessoas peregrinam pela rede e não conseguem sequer um atendimento ou um diagnóstico para terem uma chance de sobreviverem.

E houve esses 3 casos que, infelizmente, eu posso dizer que são a ponta de um *iceberg*, porque muitas crianças morreram. Nós, que somos profissionais de saúde, sabemos a diferença que faz um diagnóstico tardio e uma peregrinação pela rede; e há muita gente morrendo. Muitas pessoas estão morrendo na porta dos hospitais sem terem sequer a chance de terem os seus diagnósticos.

Nós estamos na luta e, hoje, na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, tiramos alguns encaminhamentos importantes. E, para terminar, um dos encaminhamentos que tiramos foi uma portaria ministerial de 2006...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... que fala sobre a auditoria dentro do Sistema Único de Saúde dos estados. Brasília é um dos poucos estados, deputado Max Maciel, que não tem uma

auditoria dentro do serviço de saúde. Isso é uma portaria do ministério, uma recomendação que, desde 2006, é ignorada pelo Governo do Distrito Federal.

Precisamos trazer uma auditoria para dentro do Sistema Único de Saúde, que iria mostrar, como parece, que não há a vontade de se resolver os problemas. E que o problema do Iges só agrava a questão sanitária que nós estamos vivendo com, literalmente, pessoas morrendo e peregrinando pelo Sistema Único de Saúde.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Ricardo Vale. Gostaria de saudar quem está nos acompanhando pelo plenário e pela TV Câmara Distrital.

Presidente, obviamente, nós não vamos cercear o trabalho legislativo de nenhum parlamentar. Mas é importante, diante do que está acontecendo, dizer para a população e para os parlamentares que estão aqui desde o início desta sessão no dia de hoje – deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno, deputado Fábio Félix, deputada Dayse Amarilio e deputado Ricardo Vale – que é exatamente o bloco de oposição que se faz presente em uma quinta-feira, hoje, neste plenário, e que vem repetindo algo que durante a semana escalonou com a problemática que não é única de um período, mas é da história da saúde, e que se intensificou neste momento.

Nós acompanhamos com muita atenção a demora e, depois, eu fiquei pensando se deveria ter acontecido ou não essa coletiva de imprensa do Governo do Distrito Federal no dia de hoje. Porque isso aqui, esse monte de folhas, é uma sistematização do resumo das falas que ouvimos na coletiva de hoje. Eu confesso aos senhores que eu fiquei com aquela vergonha alheia. Uma fala que praticamente coloca culpa no usuário do sistema.

O usuário que pegou a ficha, mas não esperou o atendimento. O usuário que rodou várias UPAs, mas não entrou no sistema. O usuário que não esperou a ambulância chegar, que demorou 12 horas. O usuário que tem que fazer a conta rápida: o custo da saúde é de 12 milhões, o pagamento da folha é de 9 bilhões, o caixa não fecha.

Desculpem-nos, a nossa população não está preocupada com essa matemática. A nossa população está preocupada com um cálculo simples. Eu preciso de assistência e acesso à saúde, eu vou até uma UPA. Eu quero uma orientação rápida e sincera. Aquela UPA me atende? Há um profissional dedicado e necessário? Não há, em pleno século XXI, um aplicativo, um painel de informação para que alguém chegue na unidade de saúde ou antes de sair de casa veja em qual unidade há um profissional para atendê-lo, se de fato a fila de espera é de 30, 40 minutos, 1 hora, 2 horas, 10 horas, isso para que a pessoa possa se organizar nessa fila, mas não há isso.

O que foi dito hoje na coletiva da imprensa é quase isso: pegue a sua lancheirinha, o seu kit e aguarde pacientemente na fila até a hora que você der sorte de ser atendido. Desculpem-nos, essa não é a saúde que a população do Distrito Federal quer e almeja.

Eu vi a entrevista, 2 secretarias. Existe a Secretaria do Iges e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, deputado Fábio Félix. A secretária disse: “Eu respondo por isso aqui. Isso aqui já é com o Iges”. Senhoras e senhores, isso é a mesma coisa que acontece na ponta. A população, para quem não sabe, quando dá entrada em uma UPA, faz o atendimento e a UPA demora, ela fala: “Eu vou a um posto de saúde”. Quando ela chega ao posto de saúde, o sistema não conversa. Praticamente ela tem que dar entrada e quase que repetir tudo novamente, porque o sistema do Iges é um e o sistema da SES é outro. Como explicar para a população que perdeu 2, 3 horas realizando uma triagem, um acompanhamento, não conseguiu atendimento, alguém falou: “Olha, existe essa UBS na sua cidade que fecha às 22 horas”. Ela chega lá com um prontuário da UPA, mas

não serve, tem que fazer tudo novamente porque o prontuário não conversa com o outro.

Como o usuário que está precisando ir para o Hospital da Ceilândia e está dentro de uma UPA, com a UTI Vida estacionada... Senhoras e senhores, eu fui à UPA da Ceilândia, havia um paciente que precisava ser encaminhado para o HRC para realizar urgentemente uma limpeza, a deputada Dayse Amarilio vai se lembrar disso. Era uma sexta-feira à noite. Não conseguiram levá-lo, diziam que não havia ambulância, e a ambulância estava estacionada lá, deputado Fábio Félix. Eu cheguei na direção da UPA e falei: "Por que não há ambulância se ela está estacionada aqui?" É porque a UTI Vida só pode prestar serviço de *transfer* entre unidades do Iges. Como o Hospital da Ceilândia não faz parte do Iges, ele tinha que esperar outra ambulância.

Pelo amor de Deus, o que é isso? Como você explica para o conjunto da população que há um contrato que diz: esse contrato é do Iges, esse profissional só faz isso. Esse não é mais um sistema único de saúde? É por isso que não há outra justificativa: o Iges não se sustenta como modelo, ele não pode ser um modelo de gestão da saúde.

O Iges não pode ser quem controla, na ponta, a média e a alta complexidade da saúde. Um dos argumentos que o governo pontuou, deputado Ricardo Vale, é que os profissionais de saúde não querem entrar no sistema. Eu quero saber quem aqui aguenta um plantão no PS de Ceilândia, nas condições de hoje?

Recebemos uma mensagem de uma família, que foi atendida no Hospital do Paranoá, onde a mãe não conseguiu ficar porque faltou agulha! Pelo amor de Deus! A família falou: "Eu vou comprar na farmácia aqui na frente". Não pode. No desespero, gente, o que respondemos para essa família? Uma agulha falta na rede de saúde. Agora, imaginem para um médico que está no plantão! Esse foi um caso.

Qualquer um de nós que estivesse de plantão e recebesse pessoas precisando de tratamento, tendo condições de tratamento, e faltasse insumo, o que faria no dia seguinte? "Eu não quero ir para esse lugar. Para me desgastar fisicamente, mentalmente? Não há dinheiro que pague isso." Não é só sobre dinheiro, é sobre estrutura, é sobre condição, isso não se faz da noite para o dia, se faz com planejamento, com investimento; e, sim, com recurso. Doze milhões não é qualquer coisa na saúde, é pouco.

Há algumas sinalizações: a secretária de Saúde precisa vir a esta casa, mas não às portas fechadas, numa segunda-feira, não; precisa vir aqui publicamente, porque a população também quer ouvir; precisa mostrar os dados, e nós teremos a oportunidade, no nosso papel de legislador, não de achacá-la, mas de confrontar os dados, que a deputada Dayse Amarilio nos trouxe aqui.

A secretária não responde pelo Iges, isso é outra coisa que não entra na minha cabeça. Não é ela que assina o contrato com o Iges? Como é que ela assina o contrato com o Iges, e não tem controle sobre ele? O Iges é que tem o controle de si próprio? E não é auditado, não sabe se há glosa, não cumprem meta, triplicam o número do valor dos recursos!

Além de fazer um requerimento de informação, apresentamos uma nova denúncia que chegou agora na mesa e será lido, deputado Ricardo Vale.

Para concluir, nós queremos a presença do presidente do Iges e da secretária. Há a possibilidade de instalarmos uma CPI para ver de ponta a ponta o que está acontecendo, mas...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... já que grande parte do recurso vem do Fundo Constitucional, até que se estabeleça a situação do DF é insustentável.

Uma intervenção, deputada Dayse Amarilio, do Ministério da Saúde sobre a saúde do Distrito Federal! Quem sabe o governo federal também implemente um hospital federal aqui, porque só há o Hospital Universitário, federal não tem!

Já fomos referência, gente. Não adianta dizer para o conjunto da população, neste momento,

que foram pegos de surpresa com a dengue! Vou até citar o deputado Pastor Daniel de Castro. Vou citá-lo, apesar de ele não estar presente, mas ele pode se defender na segunda-feira. Isso não é acusação, não. O deputado Pastor Daniel de Castro, da base, antes de acontecer, veio aqui e trouxe um dado: "Vai haver um surto de dengue muito grande". E a secretária disse que foi pega de surpresa.

Demitiram mais de mil agentes comunitários, deputado Fábio Félix, antes de começar a crise da dengue, que podiam estar mitigando de casa em casa. Quando o deputado Pastor Daniel de Castro fez essa fala, eu vim aqui e disse: "Deputado Pastor Daniel de Castro, há um outro problema que é a sazonalidade na pediatria, a crise respiratória que vai se intensificando nesse período de maio, junho, julho até agosto, que é um período de seca no Distrito Federal!" Agora vai dizer que foi pego de surpresa de novo? É a mesma coisa que dizer que não sabe quando chove no Distrito Federal. Todo mundo sabe quando acontece a seca e quando acontece a chuva.

Então, é um problema complexo, é um problema vasto, mas nós não queremos a culpabilização das pessoas. Não há um plano, dito hoje, de resposta na coletiva de imprensa. O que que eu vou fazer? Não houve um pedido de desculpa aos familiares que perderam seus filhos, solidarizando-se com eles. O governador demorou uma semana para se solidarizar com a família, que possivelmente até votou nele, acreditando que ele iria resolver os problemas da saúde. Negaram dar atenção à população mais empobrecida desta cidade que está na ponta, precisando da saúde.

Encerro, indagando: o que faz uma mãe ficar 12 horas em uma UPA aguardando atendimento? Ela passa por isso porque trabalhou o dia todo, chegou em casa às 6 horas, 7 horas da noite, e não havia mais uma Unidade Básica de Saúde aberta na cidade dela; só havia a UPA e a emergência do hospital, que não é indicada para atender o problema do filho dela. E aí vira uma bola de neve, de nervoso, de estresse; aí atacam os profissionais de saúde, que não têm absolutamente nada...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... a ver com a situação, a não ser pelo fato de estarem inseridos em uma grande problemática: escolher como irá atender.

Esta casa está à disposição para colaborar com a secretaria; está à disposição para juntar esforços ao governo federal. Há que se chamar aqui o Conselho de Medicina, o Sindicato dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Técnicos para que eles também digam qual o problema deles na ponta, deputado Fábio Félix. Apesar de sabermos, porque conversamos com os sindicatos nas reuniões, o sindicato precisa vir publicamente dizer: esse é o problema real em relação aos técnicos de enfermagem, aos enfermeiros, aos médicos, aos analistas e aos assistentes.

Que consigamos, enfim, mitigar esse problema e avançar em um processo de acesso à saúde com qualidade de vida, prevenção e não só focado na doença, quando já aconteceu um problema mais grave, que exigirá muito mais recurso.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência a deputada Dayse Amarílio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Assumo a presidência. Parabéns pela fala, deputado Max Maciel. É muito importante estarmos presentes neste momento tão delicado.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhora presidente, senhoras e senhores deputados, vendo a situação da saúde, fico, de certa forma, satisfeito por a secretária de Saúde e o presidente do Iges virem a esta casa, na segunda-feira, esclarecer para nós parlamentares o que de fato está acontecendo com a saúde pública do Distrito Federal e, concretamente, quais são as propostas que a secretaria e o Iges têm para superarmos essa fase de tanta dor e de tanto sofrimento.

Fica mais claro e evidente, depois dessa entrevista coletiva dada pela secretária, pelo diretor do Iges e pelo secretário Gustavo Rocha, que o problema não é recurso, porque foi dito que, a cada ano, o governo investe mais na saúde do Distrito Federal. Se não me engano, os números giravam em torno de 7,6 bilhões em 2019 e, em 2022, chegou-se a 12,4 bilhões; e houve o aumento do número de leitos de UTI, da pediatria.

Então, os investimentos só crescem, mas o gerenciamento só piora. Não dá para entender. Se os recursos estivessem diminuindo ou se a Secretaria de Saúde ou o Iges estivesse em dificuldade financeira, talvez se justificasse essa má gestão e o mau atendimento que existem hoje. Mas não é o caso. O governo investe; a cada ano que passa, o investimento cresce mais, e a gestão piora.

Portanto, está na cara que esse modelo de gestão da saúde pública do Distrito Federal precisa ser revisto urgentemente. Daí a importância dessa reunião de segunda-feira com a secretária e com o presidente do Iges. Ora, se os recursos aumentam, por que a gestão piora?

Está claro também que é preciso saber o porquê da dificuldade de contratação de médicos, enfermeiros e profissionais para minimizar esse problema que existe na rede. Nós recebemos muitas ligações, e muita gente nos procura reclamando que não consegue uma cirurgia. Há pessoas que estão na fila há 2 anos esperando por uma cirurgia, há pessoas que não conseguem marcar uma consulta, há pessoas que levam 12 horas para serem atendidas em uma UPA. Há algo muito errado nessa gestão.

Eu espero que, a partir da reunião de segunda-feira, a Câmara Legislativa entenda, de fato, o que está ocorrendo e tente ajudar o governo. O nosso papel é, evidentemente, fiscalizar a saúde e o Governo do Distrito Federal, mas nós também queremos acertar e ajudar o povo do Distrito Federal. Nós queremos resolver esse problema da saúde para que ela possa ser prestada da melhor forma possível. É muito sofrimento, é muita dor. Está na hora de uma revisão geral na gestão da saúde pública do Distrito Federal para que a nossa população possa ser melhor atendida. Eu espero que, a partir da reunião de segunda-feira, a secretária e o presidente do Iges realmente tragam para nós o que de fato está planejado e pensado para melhorar a saúde do Distrito Federal.

Era isso, senhora presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, nosso vice-presidente, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhora presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, ouvindo a fala do deputado Ricardo Vale e dos demais parlamentares que estão nesta sessão de quinta-feira, eu estou com a consciência limpa de quem votou contra o Iges-DF em 2019 e a ampliação do Iges-DF para a administração das UPAs no Distrito Federal e de quem lutou ativamente contra a ampliação do Instituto de Gestão Estratégica. Estou também com o senso histórico de resgate do que nós vivemos. Todas as crises do governo foram centradas na saúde, no Iges-DF. Quase uma dezena de presidentes passaram pelo Iges-DF, aquela ferramenta que se sobrepõe à gestão da saúde no Distrito Federal. Isso precisa ser dito várias vezes.

Nós precisaríamos nos debruçar hoje sobre esse tema na Câmara Legislativa para cobrar do Governo do Distrito Federal que ele tome uma medida, que ele apresente uma agenda de contratação emergencial na pediatria para atender as crianças e os adolescentes. Foi dito aqui que a Constituição brasileira, no seu art. 227, fala da prioridade absoluta. Nós não podemos deixar as nossas crianças e os nossos adolescentes desassistidos. Como vossa excelência, deputada Dayse Amarilio, falou, os profissionais se esforçam, mas a UPA está superlotada. Em vez de conseguir atender a população na porta, os médicos e pediatras ficam prescrevendo para os internados da UPA o dia todo e muitas vezes não conseguem atender a população lá na frente, que está esperando 2,

4, 5, 8, 12 horas para conseguir um atendimento. É inaceitável a situação que nós estamos vivendo. Inaceitável.

A questão da saúde é prioritária para cada um de nós. Todo mundo já viveu um problema grave na família, todo mundo já teve uma situação muito tensa e sabemos como aquilo mobiliza a nossa vida, o nosso afeto, como é duro enfrentar um momento de falta de saúde. Então, quando vemos a situação dessas 4 crianças no sistema, vemos a urgência – no nosso papel como parlamentares – de fazer alguma coisa. É preciso que algo seja feito.

O Ministério Público do Distrito Federal abriu um inquérito para investigar a situação, porque a situação agora – e não é apontando o dedo – chegou a um nível tão caótico que é criminosa e precisa de investigação. É criminosa a situação da saúde no DF. Há filas, falta de atendimento da população, falta de cirurgia, falta de UTI, falta de planejamento. Há falta de tudo! É criminosa a situação da saúde e precisamos fazer alguma coisa. Esse é o nosso papel. Nós temos que parar esta casa. Não tem que haver votação de projetos do governo aqui. Nós temos que parar até que o governo venha aqui apresentar um cronograma de medidas emergenciais para resolver o problema da saúde no DF.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, deputado Fábio Félix.

Isso é importante e me preocupa. Realmente, é necessário que tenhamos uma luz no fim do túnel, não somente uma reunião, mas um conjunto de medidas. Isso passa pela questão do déficit de servidores, que têm feito o que podem e o que não podem baseados em TPD. E fazem TPD, muitas vezes, por terem compromisso com o serviço.

Então, precisamos ter ações de investimento e nomeações para que superemos este momento que estamos vivendo. É muito triste falarem que não existe um caos quando pegamos 3 exemplos e só neles já conseguimos identificar a verdadeira peregrinação desses pacientes pela rede.

Passo a presidência para o deputado Ricardo Vale, nosso vice-presidente.

(Assume a Presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Assumo a presidência. Algum deputado deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

Sobre a mesa, expediente que será lido pela senhora secretária.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Como não há quórum para deliberar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h15min.)

Observação: Nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização de cada evento; os nomes não disponibilizados são grafados conforme padrão ortográfico do português brasileiro.

Siglas com ocorrência neste evento:

CAC – Comissão de Acompanhamento dos Contratos

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

GDF – Governo do Distrito Federal
HRC – Hospital Regional de Ceilândia
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
PS – Pronto-Socorro
SES-DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TPD – Trabalho em Período Definido
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UTI – Unidade de Terapia Intensiva

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 24/05/2024, às 14:35, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1683081** Código CRC: **D4D1434B**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00021515/2024-09

1683081v1